ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2026

Aos 03 dias do mês de novembro do ano de 2026, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Tocantinópolis, Estado do Tocantins, realizou-se a 1ª Sessão Ordinária do período legislativo, sob a presidência do Vereador Alziro Gomes de Souza Neto, secretariado pelos vereadores, Josy Milhomem e Osias Alves da Silva (Bazim), sob a proteção de Deus e em nome do povo de Tocantinópolis, o Presidente convidou o Vereador Pastor Gabriel para realizar a leitura bíblica, **EXPEDIENTE:** O Vereador Gerri do Ribeirãozinho, solicitou ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Esportes, senhor Valcir, o planejamento para nivelamento de uma área destinada à implantação de um campo de futebol society no Ribeirãozinho. A Vereadora Josy Milhomem solicitou ao Poder Executivo a realização de serviços de manutenção nas ruas dos bairros Vila Padre Cesare, Santa Rita e Palmeiras, especialmente por meio da aplicação de emulsão asfáltica, apresentou Requerimento nº 017, solicitando ao Poder Executivo a reavaliação e atualização da legislação municipal referente à política habitacional, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de concessão, acompanhamento e fiscalização dos imóveis destinados às famílias beneficiadas por programas habitacionais. O Vereador Elson Ribeiro apresentou o Requerimento nº 014, direcionado à Energisa, solicitando o restabelecimento do atendimento presencial completo no município de Tocantinópolis. Em seguida, apresentou solicitação ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, requerendo a revitalização e a pintura das faixas amarelas de sinalização nas lombadas localizadas nas proximidades da empresa AGRONORTE. O Vereador Francisco de Assis apresentou requerimento solicitando a implantação de dois redutores de velocidade nas Proximidades do Balneário Cai N'Água, sendo um antes da ponte e outro em frente ao estabelecimento da Dona Isabel. O parlamentar ressaltou que esta já era a quarta vez que apresentava a referida solicitação, demonstrando sua preocupação com a falta de providências diante dos riscos existentes no local. O Vereador Enison Nunes fez uso da palavra para comentar sobre a implantação de um redutor de velocidade nas proximidades da Chácara do senhor Praxedes. O parlamentar sugeriu que o redutor seja retirado e reinstalado aproximadamente cinquenta a sessenta metros adiante, em um ponto mais adequado e seguro, de modo a cumprir sua finalidade sem colocar em risco os usuários da via. Foram apresentados os pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação referentes a projetos de lei e decreto legislativo em tramitação nesta Casa, parecer referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2026, de autoria da Vereadora Josy Milhomem, que dispõe sobre a concessão do Título Honorífico de Cidadã Tocantinopolina à Professora Doutora Fabíola Andrade Pereira. Parecer referente ao Projeto de Lei nº 027/2026, de autoria da Vereadora Josy Milhomem, que propõe a instituição de um Memorial Permanente em Homenagem às Vítimas da COVID-19 no município de Tocantinópolis. Foi

apresentado o parecer referente ao Projeto de Lei nº 025/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal, encaminhado pelo Prefeito Fabion Gomes, que dispõe sobre a criação e organização do Serviço Socioeducativo em Meio Aberto, destinado à execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. A matéria busca adequar a política municipal às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Em seguida, foi apresentado o parecer referente ao Projeto de Lei nº 026/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal, que trata da reestruturação da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, abrangendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar de Tocantinópolis. **VOZES DAS LIDERANÇAS:** O Vereador Elson Ribeiro, voltou a abordar a situação do atendimento presencial da Energisa em Tocantinópolis, classificando como inadmissível que os consumidores do município precisem se deslocar para outras cidades para solucionar questões que deveriam ser atendidas localmente. O vereador também solicitou ao Presidente da Casa a convocação de uma reunião com todos os parlamentares e representantes do Conselho Tutelar, a fim de discutir detalhadamente o Projeto de Lei nº 026/2026 antes de sua apreciação e votação. Por fim, chamou a atenção para a necessidade de análise criteriosa das matérias orçamentárias, especialmente a Lei Orçamentária Anual (LOA), defendendo a inclusão e o fortalecimento das emendas impositivas individuais dos vereadores, destacando que outros municípios do Estado já adotam esse instrumento. A Vereadora Josy Milhomem manifestou-se sobre a importância do Conselho Tutelar e a necessidade de valorização dos profissionais que integram o órgão. A vereadora enfatizou que esses trabalhadores precisam de melhores condições de trabalho, remuneração adequada, estrutura e reconhecimento por parte do Poder Público, considerando a relevância dos serviços prestados na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em seguida, o Vereador Enison Nunes de Sousa manifestou preocupação com a demora no encaminhamento à Câmara Municipal das propostas referentes à Lei Orçamentária Anual (LOA) e ao novo Código Tributário Municipal. Posteriormente, o Vereador Bazim também se pronunciou sobre a tramitação das matérias orçamentárias, afirmando que, caso os projetos sejam encaminhados somente no mês de dezembro, solicitará pedido de vistas para garantir uma análise responsável e dentro dos procedimentos legais. O vereador também demonstrou insatisfação quanto ao não pagamento das emendas impositivas individuais dos parlamentares pelo Poder Executivo, apesar dos compromissos anteriormente assumidos, afirmando que aguardará a efetiva execução dessas emendas para acreditar no cumprimento das promessas. O Vereador Zullias Parente Amoury solicitou que a Câmara Municipal retome a análise do projeto de lei original que instituiu as emendas impositivas individuais no município. Ao fazer uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal reconheceu

as preocupações apresentadas pelos vereadores quanto à tramitação do novo Código Tributário Municipal e das peças orçamentárias. Comprometeu-se a encaminhar o Código Tributário à Associação Comercial de Tocantinópolis (ACITO), tão logo a matéria seja recebida pela Casa, possibilitando uma discussão conjunta e a participação dos setores interessados. Informou acreditar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) seriam encaminhadas pelo Poder Executivo ainda naquela semana, permitindo que os parlamentares iniciassem os estudos necessários. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a presente sessão e convocou os vereadores para a próxima Sessão Ordinária, a ser realizada no dia seguinte, no mesmo horário e local. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que, depois de lida será submetida à apreciação e aprovação do Plenário.